

Juros bancários e a política monetária do BC

14 MAI 2005

Celso Marcelo de Oliveira – Consultor Empresarial

O pensamento econômico que norteou o século XX era de John Maynard Keynes com a sua importante obra *Inflação e Deflação*. Demonstrava com perspicácia econômica que “um país se enriquece não pelo simples ato negativo de indivíduos não gastarem todos os seus rendimentos em consumo corrente. Enriquece-se pelo ato positivo de usar essas poupanças para aumentar o estoque de capital do País. Não é o avaro que se torna rico, mas o que aplica seu dinheiro em investimento frutífero. O objetivo de concitar o povo a poupar destina-se a criar a capacidade de criar casas, estradas e assim por diante. Portanto, uma política destinada a tentar reduzir a taxa de juros pela suspensão de novos acréscimos ao estoque de capital e, pois, pela contenção das oportunidades e dos propósitos de aplicação de nossas poupanças, é simplesmente suicida”.

Sintetizando o pensamento econômico de Keynes, somente o Estado teria a capacidade para conferir equilíbrio e estabilidade ao sistema econômico de uma nação, com uma política financeira para redução dos juros. Entretanto, tivemos três posições dos nossos principais governantes a respeito das elevadas taxas de juros praticadas pelos bancos. O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva criticou a elevação das taxas de juros pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central e indagou da impossibilidade do governo federal em tabelar os juros. Por outro lado, o vice-presidente da República, José Alencar, disse que “as taxas de juros altas são instrumentos que inibem o investimento e o consumo”. E para o presidente

da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti, “as micro e pequenas empresas não podem suportar essas taxas escorchantes que prejudicam o emprego no Brasil”.

Entendemos que o governo federal não deve cometer os erros do passado como ocorreu com o tabelamento dos juros, mas deveria em encontrar mecanismos de ordem jurídica, política e econômica, visando uma diminuição gradativa dos juros. Entretanto, se o Poder Executivo, como o próprio Legislativo, apenas fazem críticas à política econômica do País que governam e se declaram impotentes na questão dos juros, estamos diante de um quarto poder: o Poder Financeiro e Bancário, imune a qualquer tipo de intervenção do Estado. No ano passado, os bancos detiveram as maiores lucratividades, como constam as informações do site www.feebpr.org.br.

Assim, na base do sistema que permite aos bancos obterem grandes lucros crescentes a cada ano, está uma conjuntura econômica favorável, resume o secretário de acompanhamento econômico do Ministério da Fazenda, Elcio Takeshi. O ilustre professor de Ciências Contábeis da Universidade de Brasília, Roberto Piscitelli, indagou recentemente que “no caso de algumas grandes instituições, a receita com tarifas bancárias é superior à própria folha de pagamento dos salários”. Uma pesquisa da ABM Consulting, realizada com seis grandes bancos brasileiros, revela que as receitas com serviços bancários, incluindo tarifas, cresceram de R\$ 4,8 bilhões em 1995 para R\$ 19,2 bilhões, até setembro de 2004, e já correspondem a 113,4% do valor gasto com a folha de pagamento dos bancos.

Em termos, as taxas de juros no Brasil são as mais elevadas do mundo. Recentemente um estudo econômico confirmou que o Brasil é o campeão das taxas de juros no mundo, seguido da Turquia e do Egito. Com o aumento divulgado pelo Copom, a expectativa do juro real (Selic menos a inflação) para 2005 subiu de 11,8% para 14,4%. A Turquia tem uma taxa de juros reais de 7,5% ao ano. O que acontece é que o Comitê de Política Monetária pretende alcançar uma meta inflacionária de 5,1% mas como as expectativas para 2005 não têm diminuído, a taxa de juros foi reajustada em abril para 19,50%. A taxa básica de juros brasileira é a taxa de juros que o governo paga pelos empréstimos que pega com os bancos vendendo títulos públicos e serve de referência para outras taxas de juros do País.

Entretanto, não podemos concordar com o objetivo da política econômica do Banco Central em conter a inflação com o aumento das taxas de juros. A redução da taxa de juros irá reduzir os encargos financeiros do Tesouro Nacional e o efeito estimulante da redução da taxa de juros real sobre o crescimento econômico iria permitir a obtenção de uma redução simultânea do superávit primário e do endividamento público como proporção do PIB.

O professor Robert J. Barro da Harvard University em estudo elaborado para o Bank of England, comparando índices de inflação e crescimento de 100 países, dentre eles o Brasil, por mais de trinta anos, constatou que a inflação somente afeta o crescimento no caso de taxas muito altas: a relação não é significativa para taxas de inflação abaixo de 10% ao ano.